

**A FUNÇÃO DO VÍNCULO AFETIVO NO DESENVOLVIMENTO PSICOSSOCIAL  
DA PRIMEIRA INFÂNCIA: ORIENTAÇÕES AOS PROFISSIONAIS DOS  
SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL<sup>I</sup>  
THE FUNCTION OF THE AFFECTIVE LINK IN THE PSYCHOSOCIAL  
DEVELOPMENT OF EARLY CHILDHOOD: GUIDELINES TO PROFESSIONALS IN  
THE INSTITUTIONAL WELCOM SERVICES**

Danielle Rosa Vieira Cancillier<sup>II</sup>

Andrea Volpato Wronski<sup>III</sup>

**Resumo:** Este estudo tem como objetivo comparar as informações relacionadas ao vínculo afetivo que constam nas cartilhas de orientação a profissionais que exercem atividade em serviços de acolhimento institucional com a literatura sobre a teoria do desenvolvimento infantil da primeira infância no que diz respeito à função do vínculo afetivo. Trata-se de uma pesquisa exploratória, descritiva de natureza qualitativa, com coleta de dados provenientes de uma pesquisa bibliográfica. Ao realizar este estudo percebeu-se a dificuldade de encontrar cartilhas a nível estadual e municipal o que pode evidenciar a falta de estruturação dessas esferas em relação a esta temática. Conclui-se que a cartilha apresenta inúmeras informações relacionadas à importância da vinculação afetiva para o desenvolvimento da criança e do adolescente.

**Palavras-chave:** Vínculo afetivo. Desenvolvimento infantil. Primeira infância.

**Abstract:** This study aims to compare the information related to the affective bond contained in the guidebooks for professionals who work in institutional care services with the literature on the theory of early childhood child development with regard to the affective bond function. It is an exploratory, descriptive qualitative research, with data collection from a bibliographic research. When carrying out this study, it was noticed the difficulty of finding booklets at the state and municipal level, which may show the lack of structuring of these spheres in relation to this theme. It is concluded that the booklet presents numerous information related to the importance of affective bonding for the development of children and adolescents.

**Keywords:** Affective bond. Developmental Disabilities. Early childhood.

## INTRODUÇÃO

---

<sup>I</sup> Artigo apresentado como requisito parcial para a conclusão do curso de Graduação em Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, 2020.

<sup>II</sup> Acadêmico do curso Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul. E-mail: daniellecancillier@gmail.com.

<sup>III</sup> Doutora. Orientadora e Professora Titular na Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL.

Os seres humanos, desenvolvem-se através de interações com o outro. São seres relacionais e dependentes. Desde o nascimento, o bebê precisa do auxílio de um adulto para se desenvolver, este adulto será responsável por sua nutrição e oferecerá a atenção e o carinho necessários para que essa criança possa se sentir segura e estimulada a evoluir em relação aos aspectos físicos, cognitivos e emocionais.

Portanto, na visão de Bowlby (1993, XI, prefácio) “o que se acredita ser essencial para a saúde mental é que o bebê e a criança pequena experimentem um relacionamento carinhoso, íntimo e contínuo com a mãe (ou mãe substituta permanente), no qual ambos encontrem satisfação e prazer.” Sendo assim, os cuidados oferecidos a criança vão além de proporcionar satisfação, prazer e nutrição, estão ligados ao desenvolvimento emocional da mesma e se não forem realizados da forma adequada podem trazer prejuízos para a criança.

Conforme Winnicott (1982), os cuidados despendidos pelos pais à criança são essenciais para o desenvolvimento. A partir deles que a criança irá tornar-se um adulto saudável. Caso os cuidados como atenção e afeto não ocorrerem de maneira apropriada poderão acarretar problemas no desenvolvimento emocional que podem criar dificuldades à medida que o desenvolvimento se processa.

Sabe-se que nem todas as crianças permanecem durante toda a infância junto a sua família. Existem alguns casos em que essas crianças, por medida de proteção, são afastadas destas e são encaminhadas para instituições de acolhimento. Tais instituições são criadas através das políticas públicas com o objetivo de ser um local que ofereça proteção integral até que a criança possa ser reintegrada em sua família de origem ou possa ser encaminhada a uma família substituta.

Conforme o Art. 19 da Lei 8.069/90 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) “é direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral” (BRASIL, 1990). No Brasil existem diversas estatísticas que indicam o número de crianças que se encontram nessa situação.

Segundo dados do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) no início de junho de 2020 existem 33.370 crianças em situação de acolhimento em todo o Brasil em 4.327 serviços de acolhimento, sendo a região Sudeste com o maior número de abrigados (16.009 abrigados), seguidos da região Sul (7.710 abrigados) (CNJ, 2020).

Com base nos números apresentados é possível constatar que existem muitas crianças que acabam tendo seu vínculo afetivo familiar rompido. Considerando as informações relativas

à importância do vínculo para o desenvolvimento físico e emocional da criança é fundamental que ocorra o estabelecimento do vínculo com o profissional que trabalha no serviço de acolhimento e que será responsável pelos cuidados da criança.

Desta forma o presente trabalho apresenta o seguinte problema de pesquisa: Quais informações relacionadas ao vínculo afetivo constam nas cartilhas de orientação a profissionais que exercem atividade em serviços de acolhimento institucional, em comparação com a teoria do desenvolvimento infantil da primeira infância no que diz respeito à função do vínculo afetivo.

## MARCO TEÓRICO

Existem diversos estudos e teorias a respeito da importância do vínculo afetivo para o desenvolvimento, que ocorre desde antes do nascimento do bebê e se estende durante todo o decorrer de sua vida. Conforme Papalia *et al.* (2013, p. 36), “Desde o momento da concepção, tem início nos seres humanos um processo de transformação que continuará até o final da vida.”

Para realização deste estudo sobre o desenvolvimento infantil o período utilizado é o da primeira infância, que vai do nascimento aos seis anos de idade, pois nele ocorrem às primeiras interações entre o bebê e o seu cuidador e também se estabelecem as primeiras relações de afeto e cuidado. Segundo Shonkoff e Richmond (2009, p. 3),

Desde a gravidez e ao longo da primeira infância, todos os ambientes em que a criança vive e aprende, assim como a qualidade de seus relacionamentos com adultos e cuidadores têm impacto significativo em seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social.

Ainda segundo Souza (2011, p. 19):

Os primeiros anos de vida da criança, a Primeira Infância, são essenciais para seu desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e cultural. A mesma neuroplasticidade que deixa a regulação emocional, a adaptação do comportamento e as habilidades vulneráveis ao rompimento precoce por causa de ambientes estressantes, também permite seu desenvolvimento bem-sucedido com intervenções adequadas durante períodos sensíveis na sua maturação.

Para tratarmos a respeito da questão do vínculo afetivo, sua formação e contribuição para o desenvolvimento infantil, estaremos apresentando algumas teorias relacionadas à temática.

## DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL DA CRIANÇA

Para Papalia *et al.* (2013), os bebês seguem certo padrão no decurso de seu desenvolvimento, mas também apresentam características específicas de emoções, temperamento, comportamento e pensamento que formam a sua personalidade e os diferenciam. São através dessas características, algumas inatas outras desenvolvidas em relação com o meio que determinam a forma com que irão se comportar em relação aos outros e ao mundo. Essa evolução que acontece desde a primeira infância e envolve o desenvolvimento da personalidade no momento em que começa a se relacionar com o outro é chamado desenvolvimento psicossocial.

Ao observar um recém-nascido conseguimos perceber certas emoções como tristeza, alegria e medo que são apresentadas de acordo com alterações no ambiente ou de acordo com as necessidades fisiológicas e com o passar do tempo o bebê se desenvolve e começa a responder aos outros através de sorrisos, esticando os braços e promovendo a aproximação.

Esses primeiros sinais ou indícios de sentimentos nos bebês são importantes indicativos de desenvolvimento. Quando eles querem ou precisam de alguma coisa, choram; quando se sentem sociáveis, sorriem ou dão risada. Quando suas mensagens trazem uma resposta, aumenta a sensação de ligação com outras pessoas. A sensação de controle sobre seu mundo também aumenta quando percebem que seu choro traz ajuda e conforto, e que seu sorriso e sua risada provocam uma reação também de sorriso e risada. Eles tornam-se mais aptos a participar ativamente na regulação de seus estados de excitação e de sua vida emocional (PAPALIA *et al.*, 2013, p. 209).

Existem teorias que buscaram explicar a correlação do desenvolvimento emocional infantil e o estabelecimento da vinculação afetiva de um adulto que ofereça os cuidados e atenção necessários à sobrevivência da criança.

Pois de uma coisa tais teorias coincidem que é o papel dos vínculos familiares e das relações parentais para o desenvolvimento saudável da criança. Portanto, esses vínculos, quando estabelecido de modo saudável, contribuem para um desenvolvimento mais pleno:

Quando a criança consegue lidar com as dificuldades que vão aparecendo em cada fase do seu desenvolvimento, acolhida e amparada por sensibilidade, afeto e compreensão dos pais, adquire segurança em seus próprios recursos psíquicos e emocionais. Passa a confiar nos vínculos que irão sustentar a construção de sua estabilidade emocional, independência e autoestima (CYPEL; CYPEL; FRIEDMANN, 2011, p. 110)

Segundo Bowlby (1993) existia uma unanimidade na opinião dos psicanalistas a respeito da importância da primeira relação de um bebê e sua influência na constituição da sua

personalidade e existiam na literatura psicanalítica e psiquiátrica, algumas teorias que explicam a natureza e a origem do vínculo infantil.

Amparado pela teoria do comportamento instintivo, Bowlby (1993, p. 193) “propõe que o vínculo da criança com sua mãe é um produto da atividade de um certo número de sistemas comportamentais que têm proximidade com a mãe como resultado previsível.” Um exemplo que confirma o comportamento de apego é que ao observar bebês que já conseguem se deslocar, assim que os mesmos percebem o afastamento de sua mãe, buscam o restabelecimento do contato através do som e da visão.

Uma das teorias psicanalíticas, chamada teoria do impulso secundário, defendia que o vínculo do bebê com sua mãe ocorria pelo fato desta o alimentar, ou seja, as necessidades fisiológicas do bebê precisariam ser satisfeitas e a mãe era a fonte dessa satisfação. Contudo, Bowlby (1989) discordava e justificava que nem toda criança de um ou dois anos aceita ser alimentada por qualquer pessoa. Então ele relacionou essa vinculação com o comportamento de apego onde através dos nossos comportamentos buscamos mantermos próximos de pessoas com quais mantemos relações e que nos fazem sentir mais seguras e protegidas.

Com base em diversos estudos e pesquisas realizadas por ele e também por outros colegas, Bowlby (1993) desenvolveu a teoria do apego que considera a busca por estabelecimento de vínculo ser próprio da natureza humana, presente desde o nascimento até o fim da vida. O contato inicial do bebê com seu cuidador, normalmente representado pela figura materna ocorre através de expressões e comportamentos que exprimem emoção, entendendo que esta capacidade de estabelecer esse tipo de ligação emocional com a(s) pessoa(s) que oferece cuidado e proteção é visto como a característica principal para o desempenho adequado da personalidade e saúde mental.

A experiência de uma criança pequena de uma mãe estimulante, que dá apoio e é cooperativa, e um pouco mais tarde o pai, dá-lhe um senso de dignidade, uma crença na utilidade dos outros, e um modelo favorável para formar futuros relacionamentos. Além disso, permitindo-lhe explorar seu ambiente com confiança e lidar com ele eficazmente, essa experiência também promove seu senso de competência. Daí por diante, desde que os relacionamentos de família continuem favoráveis, não só estes padrões iniciais de pensamento, sentimento e comportamento persistem, como a personalidade se torna cada vez mais estruturada para operar de maneira moderadamente controlada e resiliente, e cada vez mais capaz de continuar assim mesmo em circunstâncias adversas (BOWLBY, 1993, p. 402).

Conforme Cypel, Cypel e Friedmann (2011), de acordo com a teoria de Winnicott (1982), a vinculação estabelecida pela mãe com o bebê em que essa demonstra amor e oferece

os cuidados necessários para que as sensações de desconfortos vivenciadas sejam minimizadas é denominada pelo termo maternagem.

A partir desse movimento de vinculação e segurança experimentado pela criança é que ocorrerá o que Ainsworth (1967 apud CYPEL; CYPEL; FRIEDMANN, 2011) descreveu como exploração a partir de uma base segura onde a criança considerada saudável se sentirá segura para explorar os ambientes quando sente que terá a atenção dos seus pais caso necessite, sendo que conforme essa criança se desenvolve aumentará o tempo e a distância do ambiente a ser explorado.

Segundo Cypel, Cypel e Friedmann (2011), a vinculação acontece através do olhar, do toque, do cheiro, do tom e ritmo da voz.

[...] O bebê inicia sua relação com o mundo por meio da musicalidade da voz materna, do toque e do cuidado que ela lhe proporciona e da identificação dos pais às suas necessidades afetivas. Ou seja, antes de apreender o conteúdo verbal e o sentido da narrativa, o bebê interage e entra em sintonia afetiva com seus adultos fundamentais através da comunicação não verbal, que é baseada na forma, na musicalidade e no ritmo da comunicação (LACHTERMACHER; ZORNIG, 2009, p. 1).

Durante o estabelecimento dessa vinculação é importante alternância entre a presença e ausência da mãe, desde que esta ausência não seja muito prolongada, por poder criar alguns danos psíquicos.

Neste universo vincular é de fundamental importância a oscilação natural, mas balanceada, entre presença e ausência da mãe, o momento de satisfação e prazer versus o vazio e a frustração deixados pela sua falta. Esse desconforto do vazio pode ser vivido pela criança como uma experiência de ansiedade e medo. Se a ausência se prolongar, pode ser sentida como intolerável, gerando uma experiência emocional de “inexistência” e posteriormente, se persistir, de desamparo total, causando danos psicológicos de variadas intensidades (CYPEL; CYPEL; FRIEDMANN, 2011, p. 111).

Contudo se a ausência durar pouco tempo colaborará para que o bebê estabeleça um senso de diferenciação, onde entenderá a existência do outro, reconhecendo-se como um ser único e percebendo esse “outro” como um possível modelo para construção de sua própria identidade.

Segundo Lachtermacher e Zornig (2009) de acordo com a teoria de Roussillon (2008 apud GÓMES, 2014), através de experiências de trocas intersubjetivas vivenciadas com o adulto cuidador o bebê consegue internalizar a presença e ausência do outro, criando sentido para construir sua própria história.

Conforme um estudo realizado por Ainsworth e seus colegas em 1971 (Situação Estranha de Ainsworth) existem três modelos principais de apego: o apego seguro, onde a criança sente-se segura para explorar o mundo, pois tem certeza que receberá atenção caso necessite; o apego resistente ou ansioso, caso em que os pais não estão disponíveis em todos os momentos, ou seja, estão disponíveis em uns momentos e em outros não, esse tipo de insegurança gera na criança um sentimento de ansiedade de separação que faz com que ela ansiosa frente à possibilidade de explorar o ambiente ao seu redor, tendendo a não querer afastar-se dos pais; e o apego ansioso com evitação em que não existe nenhuma segurança em relação ao apoio a ser recebido e pelo contrário existe a expectativa de ser rejeitada.

Bowlby (1993) possibilitou através de seus estudos e pesquisas fornecer subsídios para que outros estudiosos se ocupassem do mesmo objetivo e continuassem prosseguindo com investigações a respeito do tema.

Conforme a teoria de Sameroff (2010 apud LINHARES; MARTINS, 2015), do Modelo Transacional de Desenvolvimento Humano existe uma integração entre as forças naturais e de cuidado e educação. Considera a existência de quatro componentes: a pessoa, o contexto, a regulação e a representação.

A pessoa inclui a progressão de competências e desempenhos nas áreas sensório-motoras, cognitivas, afetivas e sociais. Por sua vez, o contexto integra diferentes níveis de sistemas ambientais e as influências bidirecionais entre a pessoa e os diversos contextos do desenvolvimento (família, escola, vizinhança, sociedade), que incluem desde o microcontexto familiar até o macrocontexto da cultura em que a pessoa se insere. A regulação inclui relevantes processos que possibilitam atingir a autorregulação, por meio da mediação e da coregulação de outras pessoas, especialmente os cuidadores principais das crianças. Os processos de regulação ajudam na organização e adaptação de emoções e comportamentos, como controle de impulso, adiar gratificações, controle de afetos negativos - raiva, frustração ou medo - e incluem: a) as microrregulações que são as interações face a face, momentâneas, entre a criança e seus cuidadores principais; b) as minirregulações, que ocorrem no contexto familiar, incluindo as atividades de vida diária; c) finalmente, as macrorregulações, que envolvem mudanças relevantes na experiência dos indivíduos, com características mais duradoras, com forte influência de fatores socioculturais. Finalmente, a representação significa que as experiências vividas pelas pessoas formam representações, que são esquemas mentais dessas vivências, permitindo interpretar novas experiências no futuro; os indivíduos podem fazer antecipações e planejamentos e ter expectativas sobre como funciona o mundo à sua volta, baseando-se em representações de experiências passadas (LINHARES; MARTINS, 2015, p. 72).

Sendo assim o desenvolvimento ocorre através da interação das características biológicas e psicossociais e as experiências vivenciadas no contexto social familiar, que podem favorecer o desenvolvimento ou prejudicá-lo. Quando o ambiente que a criança vive é

estressante, desorganizado e instável (ambiente caótico), pode haver o prejuízo no desenvolvimento.

Nesses ambientes, em geral predominam, no microsistema, a variabilidade de cuidadores, a alta densidade de pessoas no contexto, o barulho, a multiplicidade de arranjos com pouca consistência no tempo, a alta complexidade visual e a excessiva estimulação (LINHARES; MARTINS, 2015, p. 72-73).

Existem diversos ambientes que podem ser considerados como caóticos: “ambientes onde há falta de recursos financeiros, desemprego, fome, violência, negligência e maus tratos, criminalidade, psicopatologia dos pais, alcoolismo e uso de drogas ilícitas, com perdas e abandonos.”

Segundo a teoria de Klein (2006 apud LINHARES; MARTINS, 2015), as interações que ocorrem da criança com os cuidadores primários é um aspecto importante a ser observado. “A qualidade do cuidado deve incluir carinho, cuidados e estabilidade. O adulto cuidador deve entender as necessidades e interesses da criança e ter um papel ativo como mediador social do seu desenvolvimento.”

De acordo Cypel, Cypel e Friedmann (2011), os comportamentos apresentados pelos bebês sofrem influência genética, mas também são influenciados pelo meio no qual a criança está inserida.

Segundo estudos de neurociências, os vínculos estabelecidos durante o desenvolvimento da criança promovem o processo de modelação da circuitação neuronal o que significa que os aprendizados decorrentes desta vinculação terão expressão na estrutura neurobiológica (SEARLE, 1997; SHORE, 2002; GOLSE, 2004).

Deve ressaltar-se que as vivências emocionais desses tempos iniciais de vida serão determinantes do começo da organização das redes neuronais funcionais, essenciais na adequação e expressão dos comportamentos e ações futuras e no desenvolvimento da capacidade para pensar (CYPEL; CYPEL; FRIEDMANN, 2011, p. 34).

As primeiras relações serão estabelecidas pelos primeiros cuidadores, normalmente esse papel é exercido pela mãe. Através dos primeiros cuidados, da atenção e carinho dispensados, da capacidade do reconhecimento das necessidades do recém-nascido que será possível estabelecer a organização do self do bebê, conforme a teoria de Klein, 1963 (apud SOUZA, 2011, p. 20).

O cuidado inicial e a criação têm impacto decisivo em como as pessoas formam a capacidade de aprendizado e o controle emocional. As maneiras como os pais, as



famílias e outros cuidadores irão relacionar-se com as crianças pequenas e assim como a mediação que fazem entre a criança e o ambiente, poderão afetar diretamente os circuitos neurais. Um ambiente de relações estáveis, estimulantes e protetoras com cuidadores atentos e carinhosos parece ter uma função biológica protetora contra traumas e o estresse, e construir um terreno sólido para uma vida de aprendizado efetivo.

É fundamental que durante seu crescimento o bebê vivencie não somente situações de prazer, mas também de frustração o que irá possibilitar seu desenvolvimento emocional.

Assim que nasce, a criança percebe sua mãe como continuação dele, pois sempre que necessita (necessidades fisiológicas, de carinho e atenção) a mãe vem e o atende. Com o passar do tempo começa a compreender a mãe como outra pessoa que nem sempre o atende de imediato, assim de acordo com a teoria de Bion (1962 apud CYPEL, 2011) e Fonseca (2005) o bebê começa a ter experiências do Eu e do Outro e se frustra ao perceber que depende de outra pessoa para satisfação das suas necessidades.

[...] neste início, a mãe é o mundo do bebê, embora ele não a reconheça como uma pessoa à parte. Pelo contrário, a figura materna é apenas uma continuidade de seu próprio corpo, com experiências prazerosas ou não, e que lhe despertam reações físicas e emocionais variadas. A mãe é o braço que o carrega, a mão que o veste e despe, que lhe dá banho, o colo que o aquece e embala, o seio que o alimenta e sacia sua fome. Às vezes é aquela também que falha em satisfazer sua necessidade imperiosa. Mas o bebê não discrimina se o que vive vem de fora ou de dentro dele, até mesmo porque não tem estas noções. Isto significa que a criança e a mãe são sentidos como extensão um do outro, como uma coisa só (CYPEL; CYPEL; FRIEDMANN, 2011, p. 113).

A partir dessas vivências a criança aprende a lidar com a espera, desenvolve a paciência e ao ser acolhida sempre que precisa, passa a se sentir segura sabendo que suas necessidades serão atendidas. Desta maneira a ausência da mãe não será sentida como algo amedrontador, pois sabe que ela irá reaparecer para acalenta-lo.

Quando a criança consegue lidar com as dificuldades que vão aparecendo em cada fase do seu desenvolvimento, acolhida e amparada por sensibilidade, afeto e compreensão dos pais, adquire segurança em seus próprios recursos psíquicos e emocionais. Passa a confiar nos vínculos que irão sustentar a construção de sua estabilidade emocional, independência e autoestima (CYPEL; CYPEL; FRIEDMANN, 2011, p. 110).

De acordo com a teoria de Winnicott (1990 apud CYPEL; CYPEL; FRIEDMANN, 2011), os vínculos iniciais estabelecidos podem ou não propiciar o desenvolvimento cognitivo e emocional, no sentido de possibilitar a aquisição de uma gradativa independência.

Nem todas as crianças são atendidas da mesma maneira, ocorrem situações em que a mãe não estabelece relações adequadas com a criança e conseqüentemente seu desenvolvimento será afetado. Se o bebê não receber os cuidados de que necessita acaba desenvolvendo um sentimento de ansiedade e insegurança, o que influenciará diretamente em seu comportamento, tendo dificuldades de lidar com frustrações.

Existem fatores externos que influenciam negativamente a função de cuidado da família, como a falta de suporte social, abandono do/a parceiro/a, a pobreza, entre outros. Ao mesmo tempo, existem fatores internos relacionados à dinâmica familiar que tendem a prejudicar muito mais as crianças, como a negligência, o mal-trato físico, a comunicação negativa por meio de gritos e insultos ou a disciplina inconsistente, que podem levar a comportamentos inadequados dos filhos, como a mentira, a agressividade, a falta de obediência e de respeito aos pais, muitas vezes considerados problemas unicamente dos filhos (MACANA; COMIM, 2015, p. 35).

Porém é importante destacar que posteriormente a essas vivências se a criança receber os cuidados e atenção que necessita, os riscos podem ser diminuídos e ela ainda poderá desenvolver suas capacidades.

Na teoria de Caron (2000 apud MACANA; COMIM, 2015), é importante descartar que a função materna não precisa ser exercida somente pela mãe, pode ser realizada por qualquer humano que tenha condição de estabelecer um vínculo afetivo com o bebê. É necessário que exista um grande desejo de que o bebê sobreviva e se desenvolva, fazendo com que se sinta acolhido e amado.

Considerando a necessidade primordial de a criança receber os cuidados e atenção necessários para que tenha a possibilidade de estabelecer o vínculo afetivo com seus cuidadores – que normalmente é a família mais próxima: mãe, pai, irmãos, avós, entre outros – precisamos avaliar que existem algumas situações em que as crianças por estar vivenciando alguma situação de risco a sua integridade física e emocional, são afastadas da família de origem sendo em um primeiro momento levadas a viver em serviços de acolhimento institucional.

## INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO

No Brasil existem diversas leis que visam garantir os direitos da criança e do adolescente, entre eles a Constituição Federal (CF), Tratados Internacionais e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Segundo o Art. 127 da CF:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Em seu Art. 19º o ECA determina que: “é direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral” (BRASIL, 1990). Ou seja, a criança e o adolescente deverão ser atendidos em suas necessidades para que possa haver o desenvolvimento cognitivo, emocional e social.

O Art. 5º traz a seguinte redação: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 1990).

Desta forma é importante salientar que os responsáveis pela criança e pelo adolescente têm a obrigação de protegê-los. É sabido que existem inúmeras situações em que esse cuidado não é demonstrado, causando a violação dos direitos expressos na legislação.

Quando ocorre qualquer tipo de violação, a criança deverá receber a proteção do Estado e da comunidade. A violação poderá ocorrer conforme consta no Art., 98: “[...] por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; em razão de sua conduta” (BRASIL, 1990).

Com o objetivo de atender os direitos da criança ou adolescente, o ECA em seu Capítulo II apresenta diversos artigos com as medidas específicas de prevenção, entre eles o Art. 101, inciso VII: “Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas: [...] VII: acolhimento institucional [...]” (BRASIL, 1990).

Para que o Estado possa garantir a execução dos direitos estabelecidos na legislação, cria políticas públicas, onde são estabelecidas diretrizes para fornecer a assistência devida à população.

O acolhimento institucional faz parte da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e segundo a Resolução nº 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) é tipificado como Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

O serviço de acolhimento institucional é oferecido para pessoas que tiveram seus vínculos familiares desfeitos ou enfraquecidos e tem por objetivo garantir proteção a essas pessoas. No caso da criança e do adolescente, segundo a Resolução nº 109/2009 do CNAS é o:

Acolhimento provisório e excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive crianças e adolescentes com deficiência, sob medida de proteção (Art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente) e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção (BRASIL, 2009).

Em 2009 através da Resolução Conjunta nº 1, o CNAS e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) aprovaram o documento Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes com o objetivo de elaborar orientações e fundamentos técnicos para a regulação e funcionamento do serviço (BRASIL, 2009b).

Esse documento leva em consideração o que diversas pesquisas e materiais científicos evidenciam em relação ao ambiente familiar saudável ser o melhor lugar para que a criança e o adolescente se desenvolvam. Inclusive as mesmas pesquisas concluem que a separação da convivência com a família pode causar consequências negativas para esse desenvolvimento. Sendo assim, quando existe a necessidade de efetuar o afastamento, esse dever ter caráter provisório e seguir alguns critérios que devem ser respeitados para garantir que o desenvolvimento aconteça.

O impacto do abandono ou do afastamento do convívio familiar pode ser minimizado se as condições de atendimento no serviço de acolhimento propiciarem experiências reparadoras à criança e ao adolescente e a retomada do convívio familiar. Dessa forma, tais serviços não devem ser vistos como nocivos ou prejudiciais ao desenvolvimento da criança e do adolescente, devendo-se reconhecer sua importância dos mesmos, de forma a evitar, inclusive, a construção ou reforço de uma auto-imagem negativa ou de piedade da criança e adolescente atendidos, por estarem sob medidas protetivas (BRASIL, 2009a, p. 13).

Em 2013 foi apresentado o Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviço de Acolhimento, elaborado através da solicitação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) através da celebração de um Termo de Cooperação com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). A pesquisa foi realizada com 2.624 serviços de acolhimento institucional (SAI), distribuídos entre 157 municípios brasileiros, localizados nas 27 unidades da federação (ASSIS; FARIAS, 2013).

Segundo dados da pesquisa de Assis e Farias (2013), os SAIS pesquisados têm capacidade de atendimento de 52.587 crianças e adolescentes. No momento da pesquisa, estes serviços tinham 36.929 crianças e adolescentes acolhidos.

A maior concentração de SAIS está localizada na região Sudeste, seguido da região Sul, já as regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte, possuem poucas unidades. Em relação à população atendida, 77,8% oferecem atendimento misto, ou seja, acolhem meninos e meninas. Outros 22,2% mantêm critérios restritivos ao acolhimento de acordo com o sexo (43,9% prestam atendimento exclusivamente a crianças e adolescentes do sexo feminino e 56,1% aos de sexo masculino. Considerando a divisão por sexo, existe uma pequena diferença, o número de meninos acolhidos é de 52,3% e o número de meninas é de 47,7%. Já quanto à idade a média é de 9,3 anos para quase todo o País, sendo que na região Norte a média ficou em 9,8 anos (ASSIS; FARIAS, 2013).

A respeito da cor da pele/etnia, 41,1% dos abrigados são informados como brancos, 18,9% como pretos, 38,7% como pardos, 0,3% como amarelos, e 0,4% como indígenas. Sobre a escolarização, 75,5% das crianças e adolescentes acolhidos frequentavam a escola no momento da pesquisa. “No grupo com idade pré-escolar, a frequência é menor (39,8%); e na faixa de 6-11 anos, é maior (91,9%). Já na adolescência, corresponde a 84,7% no grupo de 12 a 15 e 54,1% dos que têm 16 a 17 anos.” Apontou-se das crianças e adolescentes que frequentam a escola, 83% estão em defasagem, com distorção série/idade de até dois anos (ASSIS; FARIAS, 2013).

Durante a abordagem quantitativa realizada durante a pesquisa foi questionado aos profissionais dos SAIS a respeito do perfil das crianças e adolescentes usuárias do serviço e foi relatado que de forma geral os motivos são quadro de abandono e por apresentarem problemas de saúde física e emocional.

Foi relatado também que muitas crianças e adolescentes, 19,2% delas, vêm de uma trajetória de vida de rua, durante período parcial ou integral, independente de manterem ou não contato com a família. “A existência de vínculo familiar foi constatada para a maior parte das crianças e adolescentes acolhidos 61%. Enquanto a perda desse vínculo foi apontada em 23,2% dos casos.” Sobre as visitas de familiares, 59,4% das crianças recebem essas visitas durante o período do acolhimento dos seguintes membros da família: mãe (56,3%), pai (24,9%), irmãos (22,8%), tios (18,3%), avós (17,8%) e primos (4%). A frequência das visitas é semanal para 47,1% das crianças e adolescentes, quinzenal para 24,5% e mensal para 16,8%. Ao considerar os motivos para o ingresso na instituição os mais comuns são negligência e abandono, seguidas da dependência química ou alcoólica dos pais ou responsáveis (ASSIS; FARIAS, 2013).

De acordo com o levantamento Assis e Farias (2013, p. 181) um item a ser observado refere-se à violência que é apresentado de diversas formas:

a) no âmbito familiar, como negligência (33,2%), abandono (18,5%), agressões físicas (9,6%), abuso sexual (5,5%) e psicológico (4,5%); b) no espaço extrafamiliar, de forma não especificada (1,3%), como exploração sexual em atos como prostituição e pornografia (1,1%), como exploração no trabalho ou mendicância (2,6%) e como ameaças de morte (1,4%).

Outra razão mencionada como motivo para o acolhimento institucional tem relação com as condições socioeconômicas da família,

a) carência de recursos materiais, ocupando o quinto lugar na região Norte (14,0%); sexto na região Sudeste (8,7%); sétimo nas regiões Nordeste (7,8%) e Centro Oeste (7,8%) e décimo na região Sul (7,6%); b) vivência de situações de rua (10,1%), ocupando a quarta posição na região Nordeste (14%); quinta no Centro-Oeste (12,7%); sexta nas regiões Sul (9,7%) e Norte (12,3%); e oitava no Sudeste (7,2%). Outros aspectos relacionados a violações de direitos e a vivências de violências associadas às condições de pobreza são: abandono e negligência, exploração sexual e do trabalho, indicando a relevância da desigualdade social como fator que direciona crianças e adolescentes pobres à institucionalização (ASSIS; FARIAS, 2013, p. 183).

Existem 3.150 crianças (8,5% do total) que tiveram a sua condição de pobreza como um motivo para serem encaminhadas para as instituições, sendo que para 875 delas foi o único motivo. O restante dos motivos apontados foram: “negligência (38,8%), dependência de álcool e drogas dos pais ou responsáveis (23,6%), abandono pelos pais (16,3%), situação de rua (12,4%), pais com transtorno mental (10,1%) e entrega voluntária pela família de origem nuclear ou extensa (8,8%).

Os números apresentados neste levantamento mostram a realidade vivenciada pelas crianças e adolescentes que são encaminhados para instituições de acolhimento.

É necessário que as ações e iniciativas existentes ou que possam ser criadas possibilitem a esses serviços de acolhimento a efetiva disponibilização do cuidado e da atenção que esse público tem direito de obter.

Considerando o que foi exposto até o momento a respeito da importância do vínculo para o desenvolvimento da criança e do adolescente, vale destacar que existem alguns princípios que estruturam os serviços oferecidos pelas instituições de acolhimento.

Um deles diz respeito à preservação e fortalecimento de vínculos familiares e determina que a instituição deverá empregar todos os esforços necessários para garantir a continuidade e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários das crianças e adolescentes que são encaminhados ao serviço. Afirma ainda que: “Esses vínculos são fundamentais, nessa etapa do desenvolvimento humano, para oferecer-lhes condições para um desenvolvimento saudável, que favoreça a formação de sua identidade e sua constituição como sujeito e cidadão.”

Os cuidadores [...] deverão ser pessoas suscetíveis de se tornar figuras de apego secundárias, capazes de mostrar sensibilidade para identificar e responder adequadamente as necessidades da criança, não somente necessidades físicas, mas sobretudo afetivas e educativas. O adulto cuidador terá a tarefa de reparar, de transformar estes circuitos neuronais antigos que geraram distúrbios do apego, isto é, a incapacidade de estabelecer um relacionamento tranquilo e seguro com os outros [...] (WENDLAND, 2017, p. 24).

Outro princípio apresentado trata da oferta de atendimento personalizado e individualizado, que visa garantir que os cuidados prestados serão de qualidade, atendendo as necessidades físicas, psicológicas e sociais das crianças e adolescentes. A instituição precisa proporcionar espaços onde a criança e o adolescente tenham sua privacidade e intimidade preservada, onde possa sentir que seja possível formar sua identidade e que sua história de vida está sendo respeitada.

Assim é possível perceber a importância necessária no estabelecimento das relações entre os profissionais que trabalham nessas instituições e as crianças e adolescentes acolhidos. O profissional precisa criar uma relação de confiança, possibilitando que a criança ou adolescente se sinta acolhido e cuidado.

O cuidado em saúde e desenvolvimento demanda visão integral do usuário em todos os aspectos de sua vida: emocional, social, cultural e biológico. É necessária presença no cuidado, convidar para captar precocemente, acolher, escutar com atenção, possibilitando o estabelecimento de vínculo com os profissionais e com o serviço, levando a responsabilização sobre o cuidar (SOUZA, 2011, p. 22).

De acordo com as Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, o educador/ cuidador tem como suas principais atividades:

#### Quadro 1 – Principais atividades desenvolvidas – Educador/Cuidador

- Cuidados básicos com alimentação, higiene e proteção;
- Organização do ambiente (espaço físico e atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada criança ou adolescente);
- Auxílio à criança e ao adolescente para lidar com sua história de vida, fortalecimento da autoestima e construção da identidade;
- Organização de fotografias e registros individuais sobre o desenvolvimento de cada criança e/ou adolescente, de modo a preservar sua história de vida;
- Acompanhamento nos serviços de saúde, escola e outros serviços requeridos no cotidiano. Quando se mostrar necessário e pertinente, um profissional de nível superior deverá também participar deste acompanhamento;
- Apoio na preparação da criança ou adolescente para o desligamento, sendo para tanto orientado e supervisionado por um profissional de nível superior.

Fonte: BRASIL (2009a, p. 66).

## MÉTODO

Este estudo trata de uma pesquisa exploratória, descritiva de natureza qualitativa. Segundo Gil (2002, 41) a pesquisa exploratória “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”. Enquanto pesquisa descritiva, busca se a descrição de característica de populações ou fenômeno e de correlação entre variáveis, sendo realizadas por meio de técnicas padronizadas de coletas de dados (GIL, 2002). A abordagem qualitativa não busca apenas medir um tema, mas descrevê-lo, usando impressões, opiniões e pontos de vista. A pesquisa qualitativa busca se aprofundar em um tema para obter informações sobre as motivações, as ideias e as atitudes das pessoas (MINAYO, 2002).

Neste estudo os dados coletados são provenientes de uma pesquisa bibliográfica. Este tipo de pesquisa objetiva levantar informações sobre temas e abordagens já trabalhadas por outros pesquisadores, analisando as contribuições teóricas sobre o problema e a temática de interesse (Gil, 2008). Nessa linha, Tozoni-Reis, (2009, p. 36) esclarece que:

A pesquisa bibliográfica tem como principal característica o fato de que o campo onde será feita a coleta dos dados é a própria *bibliografia* sobre o tema ou o objeto que se pretende investigar. Vale notar que todas as modalidades de pesquisa exigem uma revisão bibliográfica; uma busca de conhecimentos sobre os fenômenos investigados na bibliografia especializada. Na pesquisa bibliográfica, vamos buscar, nos autores e obras selecionados, os dados para a produção do conhecimento pretendido. Não vamos ouvir entrevistados, nem observar situações vividas, mas conversar e debater com os autores através de seus escritos.

Sendo assim, foi realizado um levantamento bibliográfico em bases de dados específicas da área da saúde, a saber: PubMed, Science direct, SciELO, BVS psicologia, Pepsic, Medline e Google acadêmico.

A metodologia de análise dos dados utilizada foi de práticas discursivas, os dados foram analisados a partir da cartilha de Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes apresentada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome em junho de 2009. Foi realizada a avaliação das informações relativas as orientações aos profissionais dos serviços de acolhimento referente a função do vínculo afetivo no desenvolvimento psicossocial na primeira infância, de acordo com os conceitos apresentados na literatura sobre essa temática.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES



Após a realização da pesquisa foi possível levantar alguns dados que serão apresentados e discutidos no quadro 2, sendo que o item objeto trás os objetivos da pesquisa, o item primeiras associações apresenta a bibliografia estudada a respeito da temática, o item explicação das associações traz as informações constantes na Cartilha de Orientação Técnica para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes e por último no item qualificadores é apresentada uma discussão sobre as informações constantes na cartilha e sua relação com a teoria apresentada na bibliografia pesquisada.

Quadro 2 – Apresentação dos dados

<b>Objeto</b>	<b>Primeiras associações</b>	<b>Explicação das associações</b>	<b>Qualificadores</b>
Apresentar os conceitos da teoria do desenvolvimento infantil da primeira infância no que diz respeito à função do vínculo afetivo; Descrever as informações relacionadas ao vínculo afetivo apresentadas nas cartilhas de orientação a profissionais que exercem atividade em serviços de acolhimento institucional; Realizar um comparativo dos conceitos apresentados na literatura e as informações que constam na cartilha de orientações dos profissionais que exercem atividade em serviços de acolhimento institucional.	Conforme Winnicott (1982 apud CYPEL, 2011), os cuidados despendidos pelos pais à criança são essenciais para o desenvolvimento. A partir deles que a criança irá tornar-se um adulto saudável. Caso os cuidados como atenção e afeto não ocorrerem de maneira apropriada poderão acarretar problemas no desenvolvimento emocional que podem criar dificuldades à medida que o desenvolvimento se processa.	O reconhecimento, na legislação vigente, do direito à convivência familiar e comunitária, da excepcionalidade e provisoriedade do afastamento do convívio familiar e dos princípios que qualificam o atendimento nos serviços de acolhimento está fundamentado, dentre outros aspectos, no próprio desenvolvimento científico e nas diversas investigações que mostraram que um ambiente familiar saudável é o melhor lugar para o desenvolvimento da criança e do adolescente. Diversas pesquisas concluíram que o afastamento do convívio familiar pode ter repercussões negativas sobre o processo de desenvolvimento da criança e do adolescente quando o atendimento prestado no serviço de acolhimento não for de qualidade e prolongar-se desnecessariamente. Desse modo, quando o afastamento for necessário, tanto o acolhimento quanto a retomada do convívio familiar – reintegração à família de origem ou, excepcionalmente, colocação em família substituta - devem ser realizados segundo parâmetros que assegurem condições favoráveis ao desenvolvimento da criança e do adolescente.	Pode-se perceber que as informações constantes na cartilha se relacionam com a teoria apresentada, pois preconiza que o afastamento do convívio familiar deve ser excepcional e provisório devido à preocupação com questões ligadas ao desenvolvimento da criança e do adolescente. Ainda demonstra a preocupação com a qualidade do atendimento e o prolongamento da permanência no serviço de acolhimento, embasando-se em pesquisas que apontam que o afastamento do convívio familiar pode afetar negativamente o desenvolvimento da criança e do adolescente.
Apresentar os conceitos da teoria do desenvolvimento infantil da primeira infância no que diz respeito à função do vínculo afetivo; Descrever as informações relacionadas ao vínculo afetivo apresentadas	Ainda segundo Souza (2011, p. 19): Os primeiros anos de vida da criança, a Primeira Infância, são essenciais para seu desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e cultural. A mesma neuroplasticidade que deixa a regulação	O impacto do abandono ou do afastamento do convívio familiar pode ser minimizado se as condições de atendimento no serviço de acolhimento propiciarem experiências reparadoras à criança e ao adolescente e a retomada do convívio familiar. Dessa forma, tais serviços não devem ser vistos como nocivos ou prejudiciais ao desenvolvimento da criança e do	É possível perceber a preocupação do serviço de acolhimento em possibilitar um atendimento reparador a criança e ao adolescente até que o mesmo retorne ao convívio familiar. A teoria afirma que mesmo a criança tendo

<p>nas cartilhas de orientação a profissionais que exercem atividade em serviços de acolhimento institucional; Realizar um comparativo dos conceitos apresentados na literatura e as informações que constam na cartilha de orientações dos profissionais que exercem atividade em serviços de acolhimento institucional.</p>	<p>emocional, a adaptação do comportamento e as habilidades vulneráveis ao rompimento precoce por causa de ambientes estressantes, também permite seu desenvolvimento bem sucedido com intervenções adequadas durante períodos sensíveis na sua maturação.</p>	<p>adolescente, devendo-se reconhecer a importância dos mesmos, de forma a evitar, inclusive, a construção ou reforço de uma auto-imagem negativa ou de piedade da criança e adolescente atendidos, por estarem sob medidas protetivas. As orientações e parâmetros aqui apresentados têm justamente como objetivo estabelecer orientações metodológicas e diretrizes nacionais que possam contribuir para que o atendimento excepcional no serviço de acolhimento seja transitório, porém reparador.</p>	<p>vivenciado situações de estresse ela pode, se tiver uma intervenção adequada, desenvolver-se de forma bem sucedida.</p>
<p>Apresentar os conceitos da teoria do desenvolvimento infantil da primeira infância no que diz respeito à função do vínculo afetivo; Descrever as informações relacionadas ao vínculo afetivo apresentadas nas cartilhas de orientação a profissionais que exercem atividade em serviços de acolhimento institucional; Realizar um comparativo dos conceitos apresentados na literatura e as informações que constam na cartilha de orientações dos profissionais que exercem atividade em serviços de acolhimento institucional.</p>	<p>Conforme o Art. 19 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA) “é direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.” (BRASIL, 1990).</p>	<p>No Brasil, as origens do atendimento a crianças e adolescentes em serviços de acolhimento remontam ao período colonial. Mas foi apenas com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que crianças e adolescentes passaram a ser concebidos como sujeitos de direito, em peculiar condição de desenvolvimento e que o encaminhamento para serviço de acolhimento passou a ser concebido como medida protetiva, de caráter excepcional e provisório (Art.101). O ECA assegurou, ainda, o direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, prioritariamente na família de origem e, excepcionalmente, em família substituta (Art. 19). Em conformidade com as disposições do ECA, deve-se recorrer ao encaminhamento da criança e do adolescente a serviços de acolhimento apenas quando esgotados todos os recursos para sua manutenção na família de origem, extensa ou comunidade. A história brasileira revela, todavia, que, frente à situação de pobreza, vulnerabilidade ou risco, a primeira resposta à qual durante muitos anos se recorreu foi o afastamento da criança e do adolescente do convívio familiar. A promulgação do ECA veio romper com essa cultura, ao garantir a excepcionalidade da medida, estabelecendo, ainda, que a situação de pobreza da família não constitui motivo suficiente para o afastamento da criança e do adolescente do convívio familiar (Art. 23). Para garantir a excepcionalidade do afastamento do convívio familiar, o Art.130 do ECA estabelece que, nos casos de violência praticada por familiar ou responsável com o qual a criança ou</p>	<p>Na cartilha são mencionados diversos artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), relacionados a excepcionalidade e provisoriedade do encaminhamento ao serviço de acolhimento, inclusive mencionando o direito da criança e do adolescente da convivência familiar e comunitária. O encaminhamento para o serviço de acolhimento somente deverá ser realizado como medida protetiva.</p>

		adolescente resida, a autoridade judiciária poderá determinar o afastamento do agressor da moradia comum.	
Apresentar os conceitos da teoria do desenvolvimento infantil da primeira infância no que diz respeito à função do vínculo afetivo; Descrever as informações relacionadas ao vínculo afetivo apresentadas nas cartilhas de orientação a profissionais que exercem atividade em serviços de acolhimento institucional; Realizar um comparativo dos conceitos apresentados na literatura e as informações que constam na cartilha de orientações dos profissionais que exercem atividade em serviços de acolhimento institucional.	Segundo o Art. 127 da CF:  É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).	A organização dos SUAS como um sistema pressupõe a articulação da rede socioassistencial com as demais políticas públicas e com o Sistema de Garantia dos Direitos (SGD) e elege a família como foco central de atenção. A previsão de serviços de caráter preventivo e de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, de atendimento especializado a indivíduos e famílias em situação de ameaça ou violação de direitos e de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes tem importância basilar no que diz respeito à concretização do direito à convivência familiar e comunitária.	As informações da cartilha elege a família como foco central de atenção e preveem a realização de serviços com foco no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários com o objetivo de possibilitar o direito a convivência com as mesmas. De acordo com o que está previsto na Constituição Federal (CF), é dever da família assegurar diversos direitos a criança, ao jovem e ao adolescente, entre eles essa convivência.
Apresentar os conceitos da teoria do desenvolvimento infantil da primeira infância no que diz respeito à função do vínculo afetivo; Descrever as informações relacionadas ao vínculo afetivo apresentadas nas cartilhas de orientação a profissionais que exercem atividade em serviços de acolhimento institucional; Realizar um comparativo dos conceitos apresentados na literatura e as informações que constam na cartilha de orientações dos profissionais que exercem atividade em serviços de acolhimento institucional.	Quando a criança consegue lidar com as dificuldades que vão aparecendo em cada fase do seu desenvolvimento, acolhida e amparada por sensibilidade, afeto e compreensão dos pais, adquire segurança em seus próprios recursos psíquicos e emocionais. Passa a confiar nos vínculos que irão sustentar a construção de sua estabilidade emocional, independência e autoestima. (CYPEL, 2011, p. 110)  O cuidado inicial e a criação têm impacto decisivo em como as pessoas formam a capacidade de aprendizado e o controle emocional. As maneiras como os pais, as famílias e outros cuidadores irão relacionar-se com as crianças pequenas e assim como a mediação que fazem entre a criança	Nesse sentido, o presente documento visa estabelecer parâmetros de funcionamento e oferecer orientações metodológicas para que os serviços de acolhimento de crianças e adolescentes possam cumprir sua função protetiva e de restabelecimento de direitos, compondo uma rede de proteção que favoreça o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, o desenvolvimento de potencialidades das crianças e adolescentes atendidos e o empoderamento de suas famílias.	Para garantir sua função protetiva e buscando garantir o restabelecimento de direitos, a cartilha estabelece orientações de funcionamento e metodologias visando fortalecer vínculos, desenvolver potencialidades das crianças e adolescentes e o empoderamento das famílias.  De acordo com a teoria apresentada a criança que é acolhida, amparada e possui o afeto dos pais (no caso do serviço de acolhimento – do cuidador) terá condições de adquirir confiança em seus vínculos o que possibilitará o desenvolvimento da estabilidade emocional, independência e autoestima.

	<p>e o ambiente, poderão afetar diretamente os circuitos neurais. Um ambiente de relações estáveis, estimulantes e protetoras com cuidadores atentos e carinhosos parece ter uma função biológica protetora contra traumas e o estresse, e construir um terreno sólido para uma vida de aprendizado efetivo. (SOUZA, 2011, p. 20).</p>		
<p>Apresentar os conceitos da teoria do desenvolvimento infantil da primeira infância no que diz respeito à função do vínculo afetivo; Descrever as informações relacionadas ao vínculo afetivo apresentadas nas cartilhas de orientação a profissionais que exercem atividade em serviços de acolhimento institucional; Realizar um comparativo dos conceitos apresentados na literatura e as informações que constam na cartilha de orientações dos profissionais que exercem atividade em serviços de acolhimento institucional.</p>	<p>Conforme o Art. 19 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA) “é direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.” (BRASIL, 1990).</p> <p>Segundo Shonkoff (2010), “Desde a gravidez e ao longo da primeira infância, todos os ambientes em que a criança vive e aprende, assim como a qualidade de seus relacionamentos com adultos e cuidadores têm impacto significativo em seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social.”</p> <p>De acordo Cypel (2011), os comportamentos apresentados pelos bebês sofrem influência genética, mas também são influenciados pelo meio no qual a criança está inserida.</p>	<p>Os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes deverão estruturar seu atendimento de acordo com os seguintes princípios:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Excepcionalidade do Afastamento do Convívio Familiar</li> </ul> <p>Todos os esforços devem ser empreendidos no sentido de manter o convívio com a família (nuclear ou extensa, em seus diversos arranjos), a fim de garantir que o afastamento da criança ou adolescente do contexto familiar seja uma medida excepcional, aplicada apenas nas situações de grave risco à sua integridade física e/ou psíquica.</p> <p>Como este afastamento traz profundas implicações, tanto para a criança e o adolescente, quanto para a família, deve-se recorrer a esta medida apenas quando representar o melhor interesse da criança ou do adolescente e o menor prejuízo ao seu processo de desenvolvimento. Destaca-se que tal medida deve ser aplicada apenas nos casos em que não for possível realizar uma intervenção mantendo a criança ou adolescente no convívio com sua família (nuclear ou extensa).</p> <p>Dessa forma, antes de se considerar a hipótese do afastamento, é necessário assegurar à família o acesso à rede de serviços públicos que possam potencializar as condições de oferecer à criança ou ao adolescente um ambiente seguro de convivência. Destaca-se que, em conformidade com o Art. 23 do ECA, a falta de recursos materiais por si só não constitui motivo suficiente para afastar a criança ou adolescente do convívio familiar, encaminhá-los para serviços de acolhimento ou, ainda, para inviabilizar sua reintegração. Nessas situações o convívio familiar deve ser preservado e a família, obrigatoriamente, incluída em programas oficiais ou comunitários</p>	<p>Um dos princípios orientadores ao atendimento no serviço de acolhimento está relacionado a excepcionalidade do afastamento do convívio familiar. Considerando que o afastamento pode gerar inúmeras implicações, é necessário realizar algumas ações com o objetivo de garantir a permanência da criança e do adolescente junto da sua família, sendo a medida de afastamento deverá ser realizada somente em caráter protetivo, ou seja, somente quando houver prejuízo ao desenvolvimento da criança e do adolescente.</p> <p>O Art. 19 do ECA traz em sua redação o direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e somente em casos excepcionais haver o afastamento da família de origem, considerando que seja garantido o desenvolvimento integral dos mesmos.</p> <p>Alguns autores abordam em suas teorias sobre a influência do ambiente em que a criança vive e aprende e o impacto deste em seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social o que afeta</p>

		<p>de apoio, e demais medidas previstas no artigo 101 do ECA.</p> <p>Do mesmo modo, caso haja criança, adolescente ou algum outro membro da família com deficiência, doenças infecto-contagiosas, transtorno mental ou outros agravos, isso não deve por si só motivar o afastamento do convívio familiar ou a permanência em serviços de acolhimento. Nessas situações deve-se proceder o encaminhamento para atendimentos prestados em serviços da rede ou até mesmo no próprio domicílio, os quais possam contribuir para a prevenção do afastamento ou para a reintegração familiar.</p>	<p>diretamente nos comportamentos apresentados.</p>
<p>Apresentar os conceitos da teoria do desenvolvimento infantil da primeira infância no que diz respeito à função do vínculo afetivo; Descrever as informações relacionadas ao vínculo afetivo apresentadas nas cartilhas de orientação a profissionais que exercem atividade em serviços de acolhimento institucional; Realizar um comparativo dos conceitos apresentados na literatura e as informações que constam na cartilha de orientações dos profissionais que exercem atividade em serviços de acolhimento institucional.</p>	<p>Quando a criança consegue lidar com as dificuldades que vão aparecendo em cada fase do seu desenvolvimento, acolhida e amparada por sensibilidade, afeto e compreensão dos pais, adquire segurança em seus próprios recursos psíquicos e emocionais. Passa a confiar nos vínculos que irão sustentar a construção de sua estabilidade emocional, independência e autoestima (CYPEL; CYPEL; FRIEDMANN, 2011, p. 110).</p>	<p>Os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes deverão estruturar seu atendimento de acordo com os seguintes princípios:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Preservação e Fortalecimento dos Vínculos Familiares e Comunitários</li> </ul> <p>Todos os esforços devem ser empreendidos para preservar e fortalecer vínculos familiares e comunitários das crianças e adolescentes atendidos em serviços de acolhimento. Esses vínculos são fundamentais, nessa etapa do desenvolvimento humano, para oferecer-lhes condições para um desenvolvimento saudável que favoreça a formação de sua identidade e sua contribuição como sujeito e cidadão. Nesse sentido, é importante que esse fortalecimento ocorra nas ações cotidianas dos serviços de acolhimento – visitas e encontros com as famílias e com as pessoas de referências da comunidade da criança e do adolescente, por exemplo. Crianças e adolescentes com vínculos de parentesco, não devem ser separados ao serem encaminhados para serviço de acolhimento, salvo se isso for contrário ao seu desejo ou interesses ou se houver claro risco de violência.</p>	<p>A cartilha apresenta uma preocupação com a preservação e com o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários por entender ser de fundamental importância para o desenvolvimento humano ocorra de forma saudável, o que irá favorecer a formação da identidade da criança e do adolescente. A literatura também aborda sobre a importância do vínculo, pois a criança se sentirá amparada e acolhida, receberá afeto e atenção, adquirindo confiança o que possibilitará a construção da independência, autoestima e estabilidade emocional.</p>
<p>Apresentar os conceitos da teoria do desenvolvimento infantil da primeira infância no que diz respeito à função do vínculo afetivo; Descrever as informações relacionadas ao vínculo afetivo apresentadas nas cartilhas de orientação a profissionais que exercem atividade em</p>	<p>Conforme a teoria de Klein (2006 apud LINHARES; MARTINS, 2015), as interações que ocorrem da criança com os cuidadores primários é um aspecto importante a ser observado. “A qualidade do cuidado deve incluir carinho, cuidados e estabilidade. O adulto cuidador deve entender as necessidades e interesses da criança e</p>	<p>Os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes deverão estruturar seu atendimento de acordo com os seguintes princípios:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Oferta de Atendimento Personalizado e Individualizado</li> </ul> <p>Toda criança e adolescente tem direito a viver num ambiente que favoreça seu processo de desenvolvimento, que lhe ofereça segurança, apoio, proteção e cuidado. Nesse sentido, quando o afastamento for necessário e enquanto soluções para a retomada do convívio familiar</p>	<p>O princípio de atendimento personalizado e individualizado está relacionado ao cuidado com a individualidade e história de vida de cada criança ou adolescente atendido, preservando a intimidade e privacidade de cada um, possibilitando a diferenciação do que é de cada indivíduo.</p>

<p>serviços de acolhimento institucional; Realizar um comparativo dos conceitos apresentados na literatura e as informações que constam na cartilha de orientações dos profissionais que exercem atividade em serviços de acolhimento institucional.</p>	<p>ter um papel ativo como mediador social do seu desenvolvimento.”</p>	<p>forem buscadas, os serviços de acolhimento deverão prestar cuidados de qualidade, condizentes com os direitos e as necessidades físicas, psicológicas e sociais da criança e adolescente. Para tanto, o atendimento deverá ser oferecido para um pequeno grupo e garantir espaços privados, objetos pessoais e registros, inclusive fotográficos, sobre a história de vida e o desenvolvimento de cada criança e adolescente.</p> <p>A organização de condições que favoreçam a formação da identidade da criança e do adolescente implica o respeito à sua individualidade e história de vida. O planejamento do atendimento no serviço deve possibilitar, portanto, espaços que preservem a intimidade e a privacidade, inclusive, o uso de objetos que possibilitem à criança e ao adolescente diferenciar “o meu, o seu e o nosso”.</p>	<p>Na teoria percebe-se a orientação relativa ao cuidado e ao carinho que deve ser oferecido, considerando as necessidades de cada criança, sendo o adulto cuidador responsável por mediar as relações e o desenvolvimento desta criança.</p>
--	---	--	---

Fonte: Elaboração da autora, 2020.

De acordo com as informações apresentadas no Quadro 2, percebe-se que a Cartilha de Orientação Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes apresenta diversas informações relacionadas à importância do fortalecimento do vínculo para o desenvolvimento e aponta questões associadas a pertencimento, identidade e autoestima.

De acordo com Chiesa (2019, p. 19):

O vínculo afetivo que o adulto transmite no cuidado rotineiro (na alimentação, na higiene, nas brincadeiras, contando histórias) é um elemento essencial para que o bebê se sinta atendido nas dimensões físicas e emocionais. Isso, além de assegurar o crescimento do bebê, fará com que ele se desenvolva com apego aos cuidadores. Essa é a base para a autoestima e a segurança emocional que as crianças já desenvolvem desde a fase inicial.

A Cartilha de Orientação Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes apresenta alguns procedimentos que precisam ser realizados, um deles menciona a necessidade da elaboração de um estudo diagnóstico prévio que possui o objetivo de subsidiar a decisão acerca do afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar, evitando que esse afastamento resulte no rompimento ou na fragilização dos vínculos comunitários e de pertencimento preexistentes.

Essa preocupação com o rompimento e a fragilização dos vínculos é muito pertinente considerando que é essencial a existência da vinculação entre a criança e seu cuidador para que o desenvolvimento aconteça de forma segura e saudável.

Deve ressaltar-se que as vivências emocionais desses tempos iniciais de vida serão determinantes do começo da organização das redes neuronais funcionais, essenciais na adequação e expressão dos comportamentos e ações futuras e no desenvolvimento da capacidade para pensar (CYPEL, 2011, p. 34).

No intuito de conduzir o diagnóstico da forma mais adequada possível, as orientações descritas na cartilha apresentam a necessidade de:

- incluir escuta qualificada dos envolvidos, entre eles, a família, a criança ou adolescente, pessoas da comunidade com vínculo significativo com a família avaliada e profissionais que estejam prestando atendimento a família;
- avaliar se existe a possibilidade da permanência da criança ou adolescente com algum integrante da família extensa ou comunidade que possam se responsabilizar com os cuidados desta;
- avaliar se o risco percebido decorre exclusivamente do contexto social, histórico e econômico da família e que através do encaminhamento aos serviços estabelecidos por políticas públicas seja possível a manutenção do convívio familiar.

Como foi possível observar, há uma preocupação nas orientações constantes na cartilha no que diz respeito ao caráter de excepcionalidade da medida de afastamento, por essa razão a necessidade da confecção do diagnóstico. Por meio desse procedimento, deverá ser realizada uma minuciosa avaliação para verificar os cuidados oferecidos pela família e as condições desta para superação da violação dos direitos percebidos. Caso seja feita a opção pelo afastamento o mesmo deverá ter caráter provisório e deverá ser organizado de maneira a proteger a criança, sempre respeitando sua individualidade, levando em consideração sua história de vida e suas crenças.

Aqui é importante destacar a importância que a psicologia dá para o processo de diagnóstico em qualquer contexto em que seja necessária uma atuação. É possível destacar neste a importância desse diagnóstico ocorrer de forma interventiva, que de acordo com BARBIERI (2010), significa uma maior aproximação de teoria, procedimentos e contexto.

Ao trazer aqui a ideia do psicodiagnóstico interventivo, é por entender que essa metodologia pode ir além do diagnóstico convencional e já ser voltado para a possibilidade de recuperação e reconstrução dos vínculos familiares que foram rompidos. Inclusive responderia ao próximo item orientado pela cartilha em relação ao plano das intervenções.

A Cartilha de Orientação Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes ainda descreve medidas voltadas para o período de permanência das crianças na

casa de acolhimento, que, inclui o planejamento das intervenções realizadas durante a permanência da criança e do adolescente na instituição de acolhimento. Nas orientações descritas no referido documento existe a menção à necessidade de se confeccionar um Plano de Atendimento Individual e Familiar que visa à superação das situações que ensejaram a aplicação da medida.

Parece ficar claro na composição do documento a preocupação da saúde emocional dessas crianças, principalmente no que diz respeito a construção de vínculos e reparos de danos emocionais ocasionados pelo próprio contexto de afastamento familiar. Será através do levantamento dessas informações que serão traçadas estratégias de ação visando a superação dos motivos que levaram ao afastamento da criança e do adolescente do convívio familiar.

Segundo Shonkoff (2010), “Desde a gravidez e ao longo da primeira infância, todos os ambientes em que a criança vive e aprende, assim como a qualidade de seus relacionamentos com adultos e cuidadores têm impacto significativo em seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social.”

Deste modo é importantíssimo o planejamento das ações que serão desenvolvidas com a criança e o adolescente acolhido, o objetivo destas deve estar voltado a oferecer um ambiente que possibilite que as relações vivenciadas pela criança favoreçam o fortalecimento dos vínculos e o desenvolvimento de confiança e autonomia.

Ainda neste sentido a Cartilha de Orientação Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes sugere a elaboração de um Projeto Político-Pedagógico (PPP) onde serão descritas as informações relativas ao funcionamento da instituição de acolhimento e o planejamento das atividades psicossociais que serão realizadas com as crianças e adolescentes, visando trabalhar questões pedagógicas complementares, autoestima, resiliência, autonomia e com as famílias de origem, visando a preservação e fortalecimento de vínculos e reintegração familiar.

A Cartilha de Orientação Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes traz como sugestão alguns assuntos que podem contribuir para a elaboração do PPP, conforme segue abaixo:

- Momento de chegada da criança e do adolescente no serviço de acolhimento: algumas crianças e adolescentes por não entenderem ou não saberem o motivo do afastamento familiar podem interpretar essa ação como punitiva o que pode gerar sensações de insegurança, agressividade, revolta. Os profissionais da instituição devem apresentar uma postura de receptividade, acolhimento e compreensão dos sentimentos apresentados nesse momento, esses comportamentos irão contribuir



para geração da confiança e posteriormente para possibilidade de estabelecimento do vínculo afetivo.

Por ser um momento delicado, pois é o primeiro contato da criança e do adolescente com o profissional, é importante que esse mostre uma postura de acolhimento e disponibilidade, com o objetivo de gerar confiança na relação que estará se formando com a convivência posterior.

De acordo com Bowlby (1989 apud CYPEL; CYPEL; FRIEDMANN, 2011), a vinculação com o comportamento de apego faz com que através dos nossos comportamentos busquemos mantermos próximos de pessoas com quais mantemos relações e que nos fazem sentir mais seguras e protegidas.

- Decorrer da permanência da criança e do adolescente no serviço de acolhimento: ao criar a vinculação afetiva com a criança e com o adolescente os profissionais possibilitam que estes tenham a oportunidade de falar a respeito do que sentem e pensam sobre a situação vivenciada, é importante que a criança e o adolescente sintam-se confortáveis para falar a respeito da sua história e expressar seus sentimentos, suas vontades e suas preocupações, para que isso ocorra é necessário que a postura do profissional seja acolhedora, afetuosa e que não sejam feitos julgamentos em relação a família de origem dos mesmos.

Conforme a teoria de Klein (2006 apud LINHARES; MARTINS (2015), as interações que ocorrem da criança com os cuidadores primários é um aspecto importante a ser observado. “A qualidade do cuidado deve incluir carinho, cuidados e estabilidade. O adulto cuidador deve entender as necessidades e interesses da criança e ter um papel ativo como mediador social do seu desenvolvimento.”

Ao fazer o papel de mediação entre a criança ou o adolescente e o meio onde convive, o adulto cuidador estará possibilitando o aprendizado, favorecendo o diálogo a respeito dos conflitos vivenciados o que possibilitará a aquisição de habilidades para enfrentar as dificuldades existentes.

- Definição do papel dos educadores/cuidadores: o profissional deve ter claro seu papel, ou seja, será necessário criar um vínculo afetivo com a criança ou o adolescente criando condições para que estas se sintam acolhidas em um ambiente familiar mas sem gerar competição com a família de origem (sempre eximindo o

juízo e permanecendo o respeito), também deverá haver a preocupação com a qualidade das interações estabelecidas pois estas representam importantes referenciais para o desenvolvimento da criança ou adolescente, sempre buscando potencializar aspectos relacionados a autoestima e autonomia.

O profissional deverá oferecer atenção e carinho, essa postura irá favorecer a criação de um vínculo possibilitando que a criança ou adolescente possa se sentir segura, o que irá favorecer seu desenvolvimento.

Quando a criança consegue lidar com as dificuldades que vão aparecendo em cada fase do seu desenvolvimento, acolhida e amparada por sensibilidade, afeto e compreensão dos pais, adquire segurança em seus próprios recursos psíquicos e emocionais. Passa a confiar nos vínculos que irão sustentar a construção de sua estabilidade emocional, independência e autoestima (CYPEL; CYPEL; FRIEDMANN, 2011, p. 110).

Com base nas informações apresentadas é possível perceber a importância do papel do educador/cuidador nas instituições de acolhimento, desta forma existem alguns cuidados a serem observados desde a seleção até a capacitação destes profissionais.

A Cartilha de Orientação Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, por ser um documento orientador, referente ao processo de seleção menciona algumas características desejáveis aos candidatos(as): motivação para a função; aptidão para o cuidado com crianças e adolescentes; capacidade de lidar com frustração e separação; habilidade para trabalhar em grupo; disponibilidade afetiva; empatia; capacidade de lidar com conflitos; criatividade; flexibilidade; tolerância; proatividade; capacidade de escuta; estabilidade emocional, dentre outras.

Parece evidente que esse documento, além de ser norteador, oferece também diretrizes e procedimentos bem claros que devem ser observados nas casas de acolhimento. O destaque fica no que se refere aos aspectos de relacionamento interpessoais e da apropriação de conteúdos que auxiliem os educadores/cuidadores na compreensão dos aspectos do desenvolvimento infantil. Isso foi possível perceber quando a Cartilha de Orientação Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes orienta que, em se tratando da capacitação inicial é importante que o profissional contratado inicie o trabalho observando e acompanhando os demais profissionais que já atuam no serviço em suas rotinas. Durante esse treinamento inicial deverão ser abordadas questões relacionadas:

- as etapas do desenvolvimento da criança e do adolescente (características, desafios, comportamentos típicos, fortalecimento da autonomia, desenvolvimento da

sexualidade); brincadeiras e jogos adequados para cada faixa etária, exploração do ambiente, formas de lidar com conflitos, colocação de limites, etc.;

- práticas educativas como ajudar a criança/adolescente a conhecer e a lidar com sentimentos, fortalecer a autoestima e contribuir para a construção da identidade;

Vale ressaltar que a capacitação aos profissionais das instituições de acolhimento deverá ser contínua considerando a característica da atividade que exige reflexão, resolutividade e controle emocional. A troca de informações entre os profissionais cuidadores/educadores é extremamente importante considerando que são diversos profissionais que trabalham em horários alternados com as mesmas crianças ou adolescentes. Da mesma forma que, no decorrer da produção desse artigo, emerge a interrogação: como essas orientações são acolhidas na prática de cada instituição?

Conforme ainda consta na cartilha referenciada, enquanto o acolhimento for necessário, é fundamental ofertar à criança e ao adolescente um ambiente e cuidados facilitadores do desenvolvimento, de modo a favorecer, dentre outros aspectos: seu desenvolvimento integral; a superação de vivências de separação e violência; a apropriação e ressignificação de sua história de vida; e o fortalecimento da cidadania, autonomia e a inserção social. Com isso é importante destacar para fins de análise, a importância que assume esse educador/cuidador como outro significativo dessas crianças que foram retiradas de um lar que lhes oferece um certo nível de toxidade.

Perante todos os objetivos descritos está claro que as diretrizes constantes na cartilha estão alinhadas com a literatura no que diz respeito a importância do estabelecimento da vinculação entre a criança/adolescente e o educador/cuidador que irá mediar suas relações com o meio, auxiliando no processo de desenvolvimento e na aquisição de habilidades necessárias para que isto ocorra.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diversas pesquisas apresentam dados relacionados à necessidade que a criança possui desde seu nascimento em receber o cuidado e carinho de um adulto para que possa estabelecer relações de confiança e segurança que irão proporcionar o desenvolvimento de suas dimensões físicas, cognitivas e emocionais. Tais estudos apontam que quando não for possível estabelecer esse ambiente onde a criança se sinta segura e amada, essa instabilidade pode causar diversos prejuízos ao seu desenvolvimento.

Entende-se que os cuidados oferecidos às crianças nem sempre são realizados pelos familiares, pois sempre em que houver situações que violem os direitos das crianças, estas por motivo de segurança serão afastadas da família de origem e muitas vezes serão encaminhadas para instituições de acolhimento. Nessas instituições será um cuidador/educador que ficará responsável em suprir esse papel, dessa forma deverá apresentar algumas atitudes que favorecem o estabelecimento do vínculo afetivo e da confiança essenciais para que o desenvolvimento ocorra.

Para atingir os objetivos propostos foi realizado a análise da cartilha de Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes apresentada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome em junho de 2009, avaliando-se assim as informações relativas as orientações aos profissionais dos serviços de acolhimento referente a função do vínculo afetivo no desenvolvimento psicossocial na primeira infância, de acordo com os conceitos apresentados na literatura sobre essa temática.

Durante a análise realizada foi possível identificar que a cartilha apresenta inúmeras informações relacionadas a importância da vinculação afetiva para o desenvolvimento da criança e do adolescente, inclusive mencionando alguns procedimentos que precisam ser verificados durante todo o processo, entre eles, a elaboração do estudo diagnóstico prévio, a necessidade da confecção do plano de atendimento individual e familiar e a elaboração do projeto político pedagógico, todas essas ações pertinentes a preocupação com o fortalecimento dos vínculos, respeito a individualidade e desenvolvimento da autonomia e autoestima.

Ao realizar este estudo percebeu-se a dificuldade de encontrar cartilhas a nível estadual e municipal o que pode evidenciar a falta de estruturação dessas esferas em relação a esta temática, entende-se ser oportuno a elaboração de materiais orientativos para a esfera estadual e municipal com o objetivo de refletir a realidade do Estado e dos Municípios em suas particularidades.

Sugere-se que seja dada continuidade a pesquisa, buscando-se em um segundo momento entrevistar profissionais cuidadores/educadores com o objetivo de levantar informações relacionadas a prática profissional, dificuldades enfrentadas, acesso a informações e capacitação oferecida buscando entender a relação da teoria apresentada com a prática vivenciada nas instituições de acolhimento.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, S. G.; FARIAS, L. O. P. **Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento**. São Paulo: Hucitec, 2013.

BARBIERI, V. Psicodiagnóstico tradicional e interventivo: confronto de paradigmas? **Psic.: Teor. e Pesq.** v. 26, n. 3, p. 505-513, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ptp/v26n3/a13v26n3.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

BOWLBY, J. **Apego e perda**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 21 out. 2020. Documento não paginado.

BRASIL. **Lei nº. 8069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <https://is.gd/yac21A>. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília, 2009a. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/cnas/noticias/orientacoes\\_tecnicas\\_final.pdf](http://www.mds.gov.br/cnas/noticias/orientacoes_tecnicas_final.pdf). Acesso em: 27 jun. 2020.

BRASIL. **Resolução nº 109**. Aprova a tipificação nacional de serviços socioassistenciais. Conselho Nacional de Assistência Social-CNAS. 2009b. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao\\_CNAS\\_N109\\_%202009.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf). Acesso em: 27 jun. 2020. Documento não paginado.

CHIESA, A. Patrimônio do cuidado. *In*: AZEREDO, B.; BERTOLINI, V. GOMES, G. **Primeira infância**. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2019. p. 17-19. Disponível em: [http://estatico.redeglobo.globo.com/2019/11/06/caderno\\_globo\\_primeira\\_infancia.pdf](http://estatico.redeglobo.globo.com/2019/11/06/caderno_globo_primeira_infancia.pdf). Acesso em: 27 jun. 2020

CNJ. **Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento**. 2020. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/adocao/>. Acesso em: 1 jun. 2020.

CYPEL, S. Desenvolvimento infantil. *In*: SOUZA, S. R. (org.). **Fundamentos do desenvolvimento infantil**: da gestação aos 3 anos. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2011. p. 32-39. *E-book*.

CYPEL, S.; CYPEL, L. R. C.; FRIEDMANN, A. Criança do 1º ao 12º mês. *In*: SOUZA, S. R. (org.). **Fundamentos do desenvolvimento infantil**: da gestação aos 3 anos. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2011. p. 104-137. *E-book*.

FONSECA, V. R. J. R. M. **As relações interpessoais nos transtornos autísticos**: uma abordagem interdisciplinar da psicanálise e da etologia. 2005. Tese (Doutoramento em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001474859>. Acesso em: 12 out. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLSE, B. O bebê, seu corpo e sua psique: explorações e promessas de um novo mundo. *In*: ARAGÃO, R. O. (org). **O bebê, o corpo e a linguagem**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 13-40.

GÓMES, M. **A intersubjetividade nos primórdios da relação mãe-bebê**. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2014. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/29010/29010.PDF>. Acesso em: 10 out. 2020.

LACHTERMACHER, I.; ZORNIG, S. M. A. J. **A importância da narrativa na primeira infância**. 2009. Disponível em: [http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio\\_resumo2009/relatorio/ctch/psi/isabela.pdf](http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2009/relatorio/ctch/psi/isabela.pdf). Acesso em: 10 out. 2020.

LINHARES, M. B. M.; MARTINS, C. B. S. O processo da autorregulação no desenvolvimento de crianças. **Estud. Psicol.**, v. 32, n. 2, p. 281-293, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/estpsi/v32n2/0103-166X-estpsi-32-02-00281.pdf>. Acesso em: 5 out. 2020.

MACANA, E. C.; COMIM, F. **O papel das práticas e estilos parentais no desenvolvimento da primeira infância**. 2015. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/283503122\\_O\\_papel\\_das\\_praticas\\_e\\_estilos\\_parentais\\_no\\_desenvolvimento\\_da\\_primeira\\_infancia](https://www.researchgate.net/publication/283503122_O_papel_das_praticas_e_estilos_parentais_no_desenvolvimento_da_primeira_infancia). Acesso em: 1 jun. 2020

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

PAPALIA, D. E. *et al.* **Desenvolvimento humano**. 12. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2013.

SEARLE, J. R. **A redescoberta da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SHONKOFF, J. P.; RICHMOND, J. B. **O investimento em desenvolvimento na primeira infância cria os alicerces de uma sociedade próspera e sustentável**. 2009. Disponível em: <http://www.encyclopedia-crianca.com/sites/default/files/textes-experts/pt-pt/2532/o-investimento-em-desenvolvimento-na-primeira-infancia-cria-os-alicerces-de-uma-sociedade-prospera-e-sustentavel.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

SHORE, R. **Repensando o cérebro**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000.

SOUZA, S. R. Saúde integral da criança. *In*: SOUZA, S. R. (org.). **Fundamentos do desenvolvimento infantil: da gestação aos 3 anos**. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto: Vidigal, 2011. p. 17-31. *E-book*.

TOZONI-REIS, M. F.C. **Metodologia da pesquisa**. Curitiba: IESDE, 2009.

WENDLAND, J. Cuidadores da primeira infância: por uma formação de qualidade. *In*: ALVARO, B. M. (org.). **Cuidadores da primeira infância: por uma formação de qualidade: infância e paz**. Brasília, DF: Comissão de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, 2017. p. 20-27.

WINNICOTT, D. W. **A criança e o seu mundo**. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.